



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002083-64.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Exequente: **Alexandre Saciloti e outros**
 Executado: **Banco do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença intentado por **FABIANA APARECIDA SACILOTI, REGINALDO DONIZETE SACILOTI e ALEXANDRE SACILOTI**, todos herdeiros de **Mitsuko Hosogui Saciloti**, em face de **BANCO DO BRASIL S/A** (sucessor de Nossa Caixa Nosso Banco). Preliminarmente, pleitearam pelo benefício da justiça gratuita ou, subsidiariamente, pelo diferimento das custas ao final do processo, e pela tramitação prioritária do feito. No mérito, requereram o pagamento dos valores oriundos da reposição dos expurgos inflacionários em relação à conta poupança de nº 15.023.499-6 (fl. 27), referentes ao Plano Verão.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 12/52.

Deferido o diferimento das custas ao final do processo (fl. 53).

Citado (fl. 59), o banco ofertou impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 60/74) e realizou o depósito do valor cobrado (fl. 99). Juntou documentos às fls. 75/97.

Foi determinada a suspensão do feito (fl. 100), por força da r. Decisão proferida nos autos do REsp n. 1.438.263 – SP.

Agravo de Instrumento interposto contra a decisão de fl.100 pelos exequentes (fls. 103/115), improvido (fls. 119/121).

Certificada a desafetação dos REsp's nºs 1.361.7999 e 1.438.263 e cancelamento dos Temas 947 e 948, do STJ, procedendo-se o levantamento da suspensão do feito (fl. 128).

Instados a comprovarem a inexistência de outras ações visando o recebimento do mesmo crédito (fl. 129), os exequentes se mantiveram inertes (fl. 132). Documentos juntados pela serventia às fls. 134/139.

Feito saneado, determinando-se a remessa dos autos à perícia contábil para a elaboração dos cálculos periciais (fls. 141/143).

Cálculo de liquidação às fls. 163/172.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Manifestação sobre o laudo à fl. 178, pelo executado. Os exequentes se mantiveram inertes e deixaram de se manifestar sobre o laudo (fl. 182).

É o relatório.

Decido.

Pois bem. Discute-se o valor do crédito sobre o qual se desdobra a execução judicial, sendo que já foram estipulados os exatos parâmetros a serem obedecidos para a elaboração do cálculo para apuração dos valores devidos na decisão de fls. 141/143.

Adveio laudo do perito às fls. 163/172, adstrito aos exatos termos do título exequendo e das decisões proferidas nos autos.

Em que pese a discordância do executado (fl. 178), não há qualquer motivo para desabonar o trabalho do perito que, conforme já mencionado, realizou o cálculo à contento, observando as determinações judiciais, que aliás restaram irrecorridas, e apurou como saldo devedor o valor de **R\$ 4.750,84**.

Incabível o acréscimo de valores a título de honorários advocatícios. Entendo que a condenação em honorários advocatícios, na ação principal, coletiva, não recai sobre os cumprimentos de sentenças individuais. Ademais, a teor da Súmula 519, do STJ "na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios".

Dessa forma, **HOMOLOGO O CÁLCULO** elaborado pelo *expert* às fls. 163/172, que apurou em **R\$ 4.750,84** o montante devido pelo executado aos exequentes e **REJEITO A IMPUGNAÇÃO**.

Considerando que há depositado nos autos valor suficiente para a satisfação da obrigação pretendida, **JULGO EXTINTO** o feito, nos termos do art. 924, inciso II, do NCPC.

Com o trânsito em julgado desta sentença e decorrido o prazo estabelecido pelo provimento 68/2018, do CNJ, expeça-se mandado de levantamento em favor dos exequentes, referente ao depósito efetuado em juízo de fl. 99, no valor de **R\$ 4.750,84**, com os devidos acréscimos legais.

O valor remanescente deverá ser liberado em favor do banco executado, ficando condicionado o levantamento do valor, ao recolhimento das custas e despesas processuais, diferidas e das custas finais, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa nos autos e arquivem-se definitivamente.

P.I.

São Carlos, 09 de outubro de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**